


 "Quão Dificil Nos Temos Movido"	<p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 02/10 17 de Fevereiro de 2010</p>	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small>
	<p style="text-align: center;">Orçamento do Estado 2010: Mais do mesmo!</p>	

Está neste momento em discussão na Assembleia da República a proposta do Governo do Orçamento de Estado e Relatório para o corrente ano de 2010.

Nessas propostas encontram-se um conjunto de medidas que, a serem aplicadas, se traduzirão no aprofundamento da degradação das nossas condições de vida, assistindo-se uma vez mais à implementação das já estafadas “soluções” para a resolução da grave crise para onde o País foi encaminhado.

De novo o Governo aponta a imposição de sacrifícios aos mesmos de sempre, decidindo de forma unilateral, alterações sobre matérias socioprofissionais, sem consultar as estruturas representativas dos militares, regra elementar do Estado de Direito Democrático.

Assim, destacamos os seguintes aspectos relativamente à proposta de Orçamento do Governo:

- **Congelamento salarial** com o aumento nulo em 2010 e compromisso de contenção até à correcção da situação de défice excessivo (que não se sabe quando ou se acontecerá);
- Os **descontos para a ADM** passarão a incidir não apenas sobre a remuneração base, mas também sobre os suplementos remuneratórios de carácter permanente e também sobre os subsídios de férias e de Natal, perfazendo um total de 14 descontos mensais por ano;
- Os **suplementos de risco** indexados a outras remunerações (suplemento de serviço aéreo, suplemento das tropas páraquedistas, etc.), aprofundarão a sua degradação por continuarem indexados às remunerações de 2008, contrariamente ao que determinam os decretos-lei aplicáveis aos respectivos suplementos;
- Os militares que ingressaram antes de 1 de Setembro de 1993 e que em 31 de Dezembro de 2005 ainda não tinham 20 anos de serviço militar, terão um **agravamento no cálculo da sua pensão de reforma** uma vez que a parcela P1 será calculada não sobre o valor do vencimento na data da passagem à reforma, mas antes sobre o valor do vencimento em 31 de Dezembro de 2005, actualizado pelas regras do regime geral;
- Retoma a partir de 2011, da **regra de actualização das pensões de indexação à inflação** em função do crescimento económico verificado. Esta norma implica que uma situação de deflação como a que ocorreu em 2009 resulte na redução do valor real das pensões. Para obviar este problema o Governo propõe neste orçamento uma norma de salvaguarda para 2010 que impede a redução do valor



real das pensões, reconhecendo assim deficiências na Lei, mas rejeitando a sua alteração como seria correcto e expectável;

- Revisão do actual sistema de **comparticipação de medicamentos**;
- **Redução** considerável da previsão de **encargos com a saúde**, bem como redução com as **pensões de reserva**, de acordo com o quadro constante no Relatório do Orçamento e que reproduzimos parcialmente:

(milhões de euros)	2009	2010	Variação
Encargos com saúde	114,9	71,3	-37,9%
Pensões de Reserva	115,8	110,0	-5,0%

Esta redução nos encargos com a saúde é aparentemente justificada com o facto de passar a ser o próprio Ministério da Saúde a suportar directamente os cuidados de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos beneficiários da ADM.

- Revisão das carreiras e corpos especiais alinhando esses regimes, acauteladas as especificidades inerentes, pelos princípios enformadores da Reforma da Administração Pública.

Como se pode constatar, ao propor o congelamento dos vencimentos e simultaneamente o aumento dos descontos para a ADM, está o Governo a implementar o aumento da receita à custa da redução dos orçamentos familiares de cada um de nós.

Estas soluções são já por nós sobejamente conhecidas. Foram medidas deste tipo, implementadas desde 2005 que nos conduziram à situação actual, com níveis de protecção social cada vez mais baixos, uma assistência na doença cada vez mais deficiente e uma situação económica sem grandes margens para podermos planear o nosso futuro e o das nossas famílias.

Tais medidas sempre tiveram a nossa oposição e, da mesma forma, terão que continuar a merecer a nossa rejeição, tanto mais que nos são impostas unilateralmente.

Pelos mesmos motivos, não pode a ANS deixar de demonstrar a sua mais firme solidariedade com os funcionários e agentes do Estado e suas estruturas representativas, tal como nós, tantas vezes desrespeitados e falsamente apontados como privilegiados.

Temos por isso que nos manter Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

Hoje, como nos 20 anos da nossa existência, na Defesa da Dignidade da Condição Militar!

A Direcção

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2010